



A REIFICAÇÃO CAPITALISTA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: questões de método, categorias da elaboração e práxis consciente

Flávio Bezerra de Farias¹

Resumo

Este artigo explicita questões de método crítico e revolucionário na abordagem do ser social e histórico, marcado pela reificação capitalista e pela tarefa proletária de emancipação humana. Inicialmente, trata das categorias da elaboração do concreto pensado, como experiência que se faz do mundo, mas que ocorre no mundo, em favor de outro mundo possível. Em seguida, trata da superação da reificação que envolve tanto o capital quanto o proletariado, visto como seu principal antagonista. Enfim, trata da emancipação humana como uma práxis consciente do proletariado, na estratégia comunista.

Palavras-chave: Capitalismo; proletariado; estratégia comunista; modo marxiano.

CAPITALIST REIFICATION AND HUMAN EMANCIPATION: questions of method, categories of elaboration and conscious praxis

Abstract

This article explains issues of critical and revolutionary method in the approach to social and historical being, marked by capitalist reification and the proletarian task of human emancipation. Initially, it deals with the categories of elaboration of the concrete thought, as an experience that is made of the world, but that occurs in the world, in favor of another possible world. Then, it deals with the overcoming of reification that involves both capital and the proletariat, seen as its main antagonist. Finally, it deals with human emancipation as a conscious praxis of the proletariat, in the communist strategy..

Key words: capitalism, proletariat, communist strategy, Marxist mode

Artigo recebido em: 25/01/2024 Aprovado em: 18/03/2024
DOI: <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28nEp.2024.2>

¹ Engenheiro Civil (UEMA, 1976) e Economista (UFMA, 1976). Diploma de Estudos Aprofundados em Economia do Desenvolvimento (Panthéon-Sorbonne, 1978). Doutor de Terceiro Ciclo em Economia e Gestão (Amiens-Picardie, 1981). Doutor de Estado em Economia (Paris-Nord, 1988). De 1995 a 2015, realizou três pós-doutorados (dois em Paris-Nord e um em Sorbonne Nouvelle), três estadias de professor visitante (Paris-Nord) e uma de pesquisador visitante (Meddlesex-Londres). Professor Titular Aposentado da UFMA. E-mail: flaviobezerradefarias@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Na UFMA, em atividade docente voluntária, perseverei em tratar da crítica da economia política marxiana, do seu objeto (o capital), do seu método e da sua aplicação atual às formas estatais em países do centro e da periferia do sistema imperialista global, no capitalismo dito tardio, pós-moderno ou neoliberal¹. Sendo navegador, engenheiro, economista e professor aposentado, com a ampliação do meu tempo livre, tenho muito o que fazer e aprofundar, relativamente ao mundo natural e social. No sonho acordado de Lefebvre (1959, p. 402),

Deem aos homens repouso e lazer, liberai-lhes da sociedade burguesa e do Estado, eles serão felizes, poetas, artistas, espontaneamente. Eles retomarão contato com a vida natural e a alegria. Eles se desembaraçarão da alienação e saltarão da velha vida para uma vida nova. Eles reencontrarão, sem perder a atividade social, a genialidade criativa da natureza, ultrapassando a alienação recíproca do natural e do social.

A emancipação humana, atinente ao natural e ao social, não vem da doação de uma chave do paraíso terrestre, nem é o mundo melhor da utopia abstrata, mas a realização de uma “antecipação concreta” (BLOCH, 1982; 1991), numa grande transformação social e histórica, desencadeada conscientemente, a partir do *presente* capitalista, indo sempre à luz das experiências do *passado*, avançando no presente aberto para uma transição socialista, que leve ao *futuro* comunista. Adoto, então, “a fórmula do *Princípio Esperança*: o marxismo não é o contrário de uma utopia, mas, ao contrário, o *novum* de uma utopia concreta” (Idem, 1981, p. 180).

Na rota poética de Fernando Pessoa (2022), tomo o sentido dialético de uma frase de Petrarca, a saber: “navegar é preciso; viver não é preciso”. A precisão da bússola, do astrolábio e até mesmo do GPS não se aplica à heterogeneidade da vida como um todo. Também, a abordagem do ser social e histórico tão somente por intermédio da lógica formal, na medida em que pressupõe o homogêneo e o uniforme, mostra-se logo insuficiente e parcial, como obstáculos à totalização concreta, complexa e contraditória, em experiências relativas ao mundo real. Em compensação, abordo as totalidades concretas, ricas em determinações heterogêneas (subjetivas e objetivas, concretas e abstratas, aparentes e essenciais, temporais e espaciais), através do materialismo dialético marxiano, que incorpora a lógica formal, utilizável quando os diversos aspectos homogêneos de um mesmo fenômeno social e histórico são tratados em separado por abstração; mas, sem me iludir com o fetichismo da precisão numérica e da quantificação utilitarista, próprias ao positivismo da análise econômica, que reifica a sociedade capitalista, naturalizando-a ou eternizando-a idealmente. Assim, o fenômeno da reificação floresce tanto na economia política apologética do rentista (marginalista, hayekiana), quanto na economia política da eutanásia do rentista (keynesiana, regulacionista). Há uma divisão do trabalho

entre quem pratica a reificação na análise econômica, a saber: uns são profetas do fim da história, outros tentam fazê-la funcionar como um carrossel (FARIAS, 1988, p. 175).

Em ambas as apologias do capitalismo eternizado, na economia de mercado liberal (organizado e regulado) ou neoliberal (livre e autorregulável), a reificação assume a forma de uma utopia abstrata, uma economia pura ou purificada, controlável (MÉSZÁROS, 2002), que a complexa realidade histórica teima em negar, especialmente em momento de crise estrutural. Por sua vez, quando Weber (1992, p. 148) “pratica” uma “*ciência da realidade*”, em que a temporalidade histórica tem apenas gênese no passado e desenvolvimento no presente, mas não tem superação no futuro, o sociólogo alemão também pratica uma verdadeira reificação do capitalismo, fatalmente eternizado. No seu realismo sociológico², coloca em obra “tipos ideais” (Idem, 1996, p. 6 *et seq.*) a serem observados empiricamente e compreendidos racionalmente na sociedade capitalista atual, com a devida “neutralidade axiológica” (Idem, 1992, p. 365 *et seq.*), como convém a um “intelectual orgânico” da burguesia (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 1513 *et seq.*). Em compensação, como intelectual militante da emancipação do proletariado, para elaborar com rigor o concreto pensado, através do método de Marx (1977; 1976), faço abstrações racionais, que integram uma abordagem materialista, dialética e histórica da sociedade capitalista, sendo, ao mesmo tempo, crítico (na sua compreensão) e revolucionário (na sua transformação)³. Portanto, examino o fenômeno da reificação capitalista sem a resignação, o conformismo e o fatalismo que a isolam e a distanciam da emancipação humana como tarefa histórica do proletariado⁴. Para além de sua tarefa de carregar, ainda hoje, a cruz da reificação de um capitalismo excessivamente tardio, existe a antecipação concreta de se livrar dela radical e definitivamente. A crítica da reificação capitalista, em favor de um mundo melhor, tem por referência um “*Experimentum Mundi* — uma experiência que não é somente aquela que se faz do mundo, mas que ocorre no mundo, que é a *experiência real que o mundo faz de si mesmo*” (BLOCH, 1981, p. 253). Suas determinações e conexões dialéticas gerais são múltiplas, a saber: a totalização entre a natureza e as forças produtivas, a totalização entre estas e as relações de produção, a totalização entre estas e a superestrutura política, ideológica, estatal, cultural etc.

Para explicitar questões de método crítico e revolucionário, na abordagem do ser social e histórico, marcado pela reificação capitalista e pela tarefa proletária de emancipação humana, inicialmente vou tratar das categorias da elaboração do concreto pensado, como experiência que se faz do mundo mas que ocorre no mundo, em favor de outro mundo possível; em seguida, vou tratar da superação da reificação que envolve tanto o capital quanto o proletariado, visto como seu principal antagonista; enfim, vou tratar da emancipação humana como uma práxis consciente do proletariado, na estratégia comunista⁵. Os jovens intelectuais e militantes, Marx e Engels (1976, p. 65), viram que o “movimento comunista” é marcado pelas características, seguintes: em primeiro lugar, “transtorna o funda-

mento de todas as relações de produção e de intercâmbios anteriores”; em segundo lugar, “trata conscientemente todas as condições naturais prévias como criações dos homens que nos precederam até aqui”; em terceiro lugar, “retira destas o seu caráter natural e lhes submete à potência dos indivíduos unidos”, ou melhor, “associados”. Depois de frequentar a sociologia burguesa, o jovem marxista Lukács (1976), ao aderir ao comunismo, logo abordou a relação entre reificação e consciência do proletariado, porque, quando intelectuais anticapitalistas “integram à sua própria reflexão a luta e as situações das classes para que o combate seja levado conscientemente, seguramente o impulso que os guia não vem de sua própria situação de classe: é por solidariedade com os explorados, os oprimidos e os ofendidos que eles agem” (BLOCH, 1981, p. 188). Procuo atualizar a relação entre reificação capitalista e emancipação humana, como tarefa histórica do proletariado, que persiste no quadro da pós-modernidade (JAMESON, 1994, 1996) — cuja ideologia dominante diz não haver alternativa ao capitalismo —, tanto para criticar o abandono da perspectiva marxiana da totalidade concreta e contraditória, a exemplo da “teoria crítica” evolucionista e pós-marxista de Habermas (1985; 1987), quanto para superar um marxismo vulgar, regulacionista, que denuncia a exuberância financeira (reificação da riqueza) e a desigualdade de renda (reificação da pobreza); critica globalmente o capitalismo, até mesmo quer reformar o capitalismo, mas ignora a utopia concreta da emancipação humana, o socialismo como transição para o comunismo, cuja divisa é “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades” (MARX, 1975, p. 16). A especificação histórica desta antecipação concreta exige tanto um processo emancipatório de democratização socialista, sob a hegemonia do proletariado, abolindo as formas burguesas de propriedade privada real dos meios de produção, e de liberdade e igualdade puramente formais, quanto a abolição da reificação quantitativista que abstrai o valor de uso e prega o culto do valor e, portanto, da mais-valia, a cada um dos proprietários de mercadoria (especificamente de meios de produção e força de trabalho), de sorte que a abolição radical da forma valor implica a subsequente superação dos processos de valorização, acumulação, reprodução e crise do capital, cuja resolução deixaria de ser destrutiva do homem. Mas, a práxis consciente de superação do capitalismo “não deve se limitar a liberar as relações do homem com o homem de sua alienação numa sociedade sem classes; ela prolonga sua obra de transformação na relação do homem com a natureza” (BLOCH, 1981, p. 241). Enfim, há urgência na tarefa emancipatória relativa à ecologia, “uma vez que a destruição do mundo vivo como o conhecemos é, se não fizermos alguma coisa, certa, a grande massa da humanidade nada tem a perder, exceto seus grilhões. Ela tem um planeta a salvar” (FOSTER, 1999, p. 173)⁶.

2 CATEGORIAS DA ELABORAÇÃO

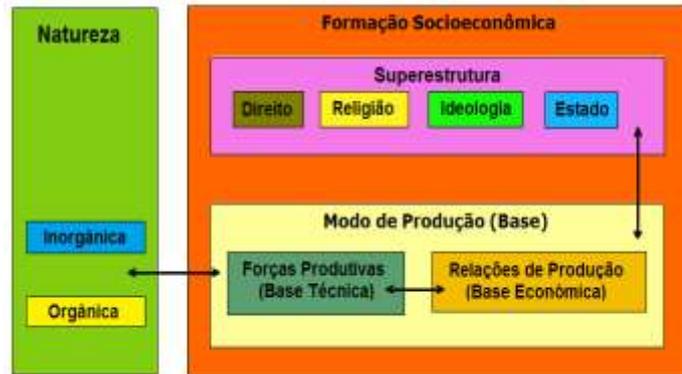
Na realização de uma *análise concreta* (materialista e dialética), em que o sujeito delimita, focaliza, separa através da abstração, uma *situação concreta* (historicamente determinada), para abordar este objeto através de categorias da elaboração das totalidades concretas, o modo marxiano de abstrair, na forma de *figura*,⁷ inspirou-se no princípio spinoziano seguinte:

No atinente a esta ideia de que a figura é uma negação, mas não alguma coisa de positivo, é evidente que a pura matéria considerada como indefinida não pode ter figura e que só há figura em corpos finitos e limitados. Portanto, quem diz perceber uma figura mostra com isto somente que concebe uma coisa limitada e de que maneira ela o é. Esta determinação, pois, não pertence à coisa enquanto tal, mas, ao contrário, indica a partir de onde a coisa não é. A figura, então, não é nada mais do que uma delimitação e, toda delimitação sendo uma negação, a figura não pode ser, como eu disse, nada mais do que uma negação (SPINOZA, 2007, p. 283-284).

Centradas na totalização entre sujeito e objeto de um concreto do pensamento, as categorias da elaboração próprias ao método marxiano referem-se a experiências que se fazem do mundo, que se produzem no mundo, em favor de um possível mundo melhor, constituído por seres sociais e naturais. Concretamente distinta da fantasmagoria sobrenatural, do irracional abstrato e do raciocínio especulativo, a matéria em questão é abordada através de abstrações racionais, capazes de configurar o todo e as partes correspondentes às diversas formas de existência histórica dos seres orgânicos, inorgânicos e sociais. Como afirmou Lukács (2009, p. 74), “somente a ideia de historicidade concretamente universal das categorias de todo ser pode indicar o caminho que leva a uma perspectiva justa, ao mesmo tempo unitária e historicamente diferenciada de maneira rigorosa”. Em particular, as categorias da elaboração marxiana do *concreto pensado* de maneira a *compreender e transformar* a sociedade capitalista encontram-se na *crítica da economia política* em obras tanto juvenis (MARX, 1996, 1972) quanto maduras ora ainda investigativas (idem, 1979, 1980), ora mais expositivas (idem, 1976, 1977; 1974, 1976, 1978), cujo método materialista e dialético pode um marxista (sujeito) aplicar ao domínio do ser social e histórico (objeto). Nesse caso, o sujeito aborda um objeto, que envolve uma riqueza de determinações, como: abstração e concretude, universalidade e especificidade, subjetividade e objetividade; essência e aparência, coisificação e personificação, existência em si e para si; causa e finalidade; gênese, desenvolvimento e superação. Nas elaborações dos marxistas, o objeto é abordado inserido no contexto da configuração da ideia geral marxiana de formação socioeconômica, uma totalidade concreta obtida por abstração, separando da natureza o domínio ou espaço social em que os homens se relacionam dialeticamente com a natureza e entre si mesmos (Figura 1). Essa configuração serviu tanto para o determinismo econômico de marxistas estruturalistas, quanto para a reificação marxista-leninista (stalinista) do *socialismo real*, que fazem das forças produtivas o motor da história, em substi-

tuição à luta de classes. Em compensação, serve também para aqueles que querem pensar por si mesmos para realizar um processo de especificação histórica, envolvendo sujeito e objeto, teoria e práxis, ideal e material, real e possível, categoria e experiência etc., numa análise concreta de uma situação concreta, como ocorre no marxismo crítico e revolucionário leninista.

Figura 1 – Configuração marxiana da dialética do ser social e deste com a natureza



Fonte: O autor, baseado em Marx (1977, Prefácio, p. 1 et seq.).

No domínio do ser social, tem a questão fundamental da sua dinâmica histórica, cujo motor essencial reside na luta dos homens integrantes das classes fundamentais, a burguesia e o proletariado. Na configuração da formação socioeconômica,

[...] é sempre na relação imediata entre o proprietário dos meios de produção e o produtor direto (relação cujos diferentes aspectos correspondem naturalmente a um grau definido do desenvolvimento dos métodos de trabalho, então a um certo grau de força produtiva social) que é preciso buscar o segredo mais profundo, o fundamento escondido de todo o edifício social e, conseqüentemente, da forma política que assume a relação de soberania e de dependência, em suma, a base da forma específica que reveste o Estado num período dado (MARX, 1976, L. III, p. 717).

A metáfora da base e da superestrutura não exprime uma estruturação de um mecanismo automático, nem de algo inerte e rígido, mas uma totalização orgânica⁸, pois, em determinado modo de produção, na atividade de trabalho, o homem se relaciona dialeticamente com a natureza através de forças produtivas (base técnica), por sua vez relacionadas dialeticamente com relações de produção (base econômica), que também se relacionam dialeticamente com as demais formas de existência sociais e políticas da superestrutura. No relacionamento dialético, não cabe determinismo de uma das partes do todo, embora seja pertinente o estabelecimento de primazia ontológica, da produção sobre a circulação, da base sobre a superestrutura, do ser social sobre a consciência social etc.

As totalizações reificadas, ao contrário, são mistificações do pensamento que consistem em negar o movimento contraditório às próprias figuras estruturadas das totalizações concretas⁹, que se tornam reduzidas, rígidas e cristalizadas, pela abstração (ilusória, parcial, irracional) de sua natureza histórica (gênese, desenvolvimento e superação). O jovem Lukács (1976) fez uma crítica magistral das

antinomias mistificadoras burguesas contrárias à autêntica totalização concreta. O mecanicismo, o organicismo, o estruturalismo, o economicismo e o próprio historicismo (que nega a universalidade em prol da especificidade) são exemplos dessas mistificações no domínio das grandes ideologias. Assim, o socialdemocrata radical Habermas (1987), na sua teoria do agir comunicacional, pressupõe uma complementaridade reificante entre base e superestrutura no contexto do capitalismo tardio e do Estado do bem-estar social.

Para o velho Lukács (2009, p. 39), sem a “correlação” e a “dinâmica” entre os três grandes tipos de ser orgânico, inorgânico e social, “não podemos conseguir formular corretamente nenhuma das questões ontológicas autênticas do ser social e, ainda menos, conseguir encontrar uma solução que corresponda à constituição deste ser”. Para a crítica ecosocialista,

[...] a produção mercantil capitalista priva a sociedade humana, e a vida em geral, das condições necessárias à sua reprodução natural e social, gerando uma ruptura planetária que não conhece, de agora em diante, quase mais nenhum limite. Resulta disso uma crise existencial na relação humana com a Terra que somente uma longa revolução ecológica poderia ultrapassar (FOSTER; CLARK, 2022, Prefácio, p. 7).

O materialismo dialético, conforme a concepção marxiana da práxis, como experiência que se faz do mundo, mas que ocorre no mundo, em favor de um possível mundo melhor, considera a existência histórica tanto da natureza (orgânica e inorgânica) quanto da formação socioeconômica (base e superestrutura). Como observou Gramsci (2001, v. 2, p. 1457), “para a filosofia da práxis, o ser não pode ser disjunto do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto”. Qualquer determinismo teórico (ideal) entre as formas de existência envolvidas nas totalizações implica a reificação conceitual, em vez de apreender determinações com referência a uma totalidade concreta, implicadas num sistema dado (real). Neste caso, “não se pode começar por uma definição rígida que se construiria filosoficamente à distância de todo teste efetivo, mas também não se pode começar por se deixar levar pela ideia de um encontro sensível da exceção que nos abriria imediatamente a porta do real” (BADIOU, 2015, p. 20). No domínio, explicitado por abstração, em que a realidade objetiva é o ser social situado no tempo e no espaço, o materialismo dialético e histórico trata das formas envolvidas em totalidades concretas das mais simples e abstratas até as mais complexas e concretas. A configuração da ideia geral marxiana, tem versões anteriores e posteriores (Figura 2, abaixo). Não há uma muralha da China entre os dois lados dessas visões dicotômicas da sociedade como um todo. Assim, na construção gramsciana, a categoria de sociedade civil (II) avança no campo da infraestrutura, de modo a alcançar uma equivalência parcial com a categoria de sociedade civil (I) da elaboração hegeliana. Caso isso fosse levado em conta, teria menos confusão nas questões de hegemonia, no bloco histórico gramsciano (ANDERSON, 1978). Nas configurações marxiana e gramsciana, respectivamente, de base/superestrutura e de infraestrutura/Estado ampliado (sociedade política e sociedade civil II),

encontra-se inserida a estratégia emancipatória de superar a sociedade de classes e, portanto, a tarefa de extinguir o Estado.

Figura 2 – Configurações da base e da superestrutura

Rousseau	Existência do Cidadão		Existência do Homem
Hegel	Estado		Sociedade Civil I
Marx	Superestrutura Jurídica, Política e Ideológica		Base Econômica e Técnica
Gramsci	Sociedade Política	Sociedade Civil II	Infraestrutura
Aglietta	Normalização Estatal	Normalização Contratual	Funcionamentos Locais de Produção de Objetos
Habermas	Mundo Vital Público		Mundo Vital Privado
	Sistema Administrativo		Sistema Econômico

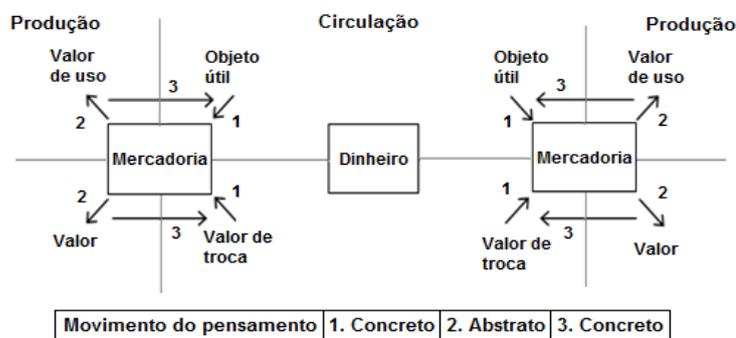
Fonte: Farias (2000, p. 19).

A abstração própria ao método marxiano da crítica da economia política vai do simples ao complexo, do abstrato ao concreto, para exprimir o ser social do modo de produção capitalista como um concreto pensado, cujo ponto de partida é a realidade imediata; racionalmente, então, faz-se uma separação relativa, e não um isolamento absoluto, entre elementos da mesma realidade, rica em determinações (produção e circulação, objetividade e subjetividade, essência e aparência). Nesse método, a abstração racional não nos distancia da verdade sobre o fenômeno na sua integralidade, mas, ao contrário, busca superar a deformação própria à reificação, que implica menosprezo, ocultação, ruptura ou isolamento de determinado momento da totalização concreta. De modo elementar, todas as formas de existência, sejam naturais, sejam sociais, são abordadas por intermédio das categorias de *totalidade*, *contradição*, *mediação* e *leis*. No ser inorgânico, tem a totalidade entre terra e sol; a contradição entre força centrípeta e força centrífuga; a mediação do movimento elíptico da terra em torno do sol; as leis da gravidade e da inércia. No ser orgânico, tem a totalidade evolutiva do ser vivo; a contradição entre a vida e a morte; a mediação do envelhecimento; as leis da biologia sobre o metabolismo, a compartimentação e a seleção natural. No ser social, tem a totalidade da produção mercantil simples; a contradição entre trabalho privado-concreto que produz valor de uso *versus* trabalho social-abstrato que produz valor; a mediação do dinheiro; as leis econômicas do valor e do desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro.

Como método da dialética do concreto, *aplicada ao ser social e histórico*, envolvendo passado, presente e futuro, as suas categorias elementares de elaboração de uma totalidade concreta, complexa e contraditória foram sistematizadas por Farias (2000) em *silogismo*, *estrutura*, *genealogia*, *fetichismo*, *subsistência* e *teleologia*. Essas categorias permitem a passagem dialética da figura de uma totalidade dada, formalizada nas determinações estruturais do ser social, para uma aproximação cada vez maior com a sua existência histórica real. Com efeito, na crítica marxiana da economia política, a totalização de um ser social e histórico se exprime por um *silogismo* envolvendo quantidades lógicas, a

saber: tanto a generalidade, a particularidade e a singularidade quanto a homogeneidade, a diferenciação e a hierarquização. Uma forma de existência social totalizada como concreto do pensamento se *estrutura* em quatro quadrantes formados por dois eixos: um separando a subjetividade da objetividade, outro separando a aparência da essência, cujo movimento é determinado pela contradição. A *genealogia* dessa totalidade estruturada implica um processo histórico tanto de gestação da forma de existência específica quanto de autonomização relativa, em que ocorre um desenvolvimento desigual entre as formas envolvidas no todo. O *fetichismo*, uma mistificação inerente ao ser social e histórico, reside na personificação das categorias bem como na coisificação das relações entre as pessoas. A *subsistência* do ser social e histórico tem que ser assegurada em potência (para si) e em ato (em si). Inseridas na totalidade, as categorias são *teleologicamente* determinadas, a saber: têm fins sistêmicos, porém, não sendo eternas, têm um fim antissistêmico, pois são superáveis. No método marxiano, a totalidade é central, enquanto a contradição é fundamental, de modo que “a totalidade sem as contradições é vazia e inerte, e as contradições sem a totalidade são formais e arbitrárias” (KOSIK, 1978, p. 41). A totalização concreta e contraditória foi especificada historicamente na abordagem “crítica e revolucionária” do capital (MARX, 1976, Posfácio da 2ª edição alemã, p. 21), centrada em totalidades cada vez mais complexas e concretas, que têm na essência o trabalho de dupla natureza contraditória na produção mercantil simples (trabalho concreto, trabalho abstrato) assim como na produção mercantil desenvolvida (processo de trabalho, processo de valorização). A práxis inicial de trabalho, o duplo caráter do trabalho (concreto e abstrato, privado e social, ideal e real etc.), que produz valor de uso e valor, de maneira contraditória, está na essência da produção mercantil simples como uma totalidade estruturada (Figura 3).

Figura 3 – Estrutura da produção mercantil simples



Fonte: Farias (2015, p. 43; 1988, p. 440), baseado em Marx (1976, L. I, p. 41 et seq.).

No fenômeno de reificação como coisificação mercantil, a objetividade oculta, nega a subjetividade e se separa dela. Há coisificação porque a quantidade (subjetiva) torna-se qualidade (objetiva), isto é, através de cada valor de uso realizado como objeto útil na circulação de mercadorias, faz-se

a realização do valor que lhe é inerente. Na abstração do valor de uso e, portanto, das necessidades sociais atendidas pelas coisas úteis, a qualidade é ocultada pelo estabelecimento da quantidade de valor, que se manifesta como valor de troca. Isso é apenas uma prévia dos fenômenos de reificação capitalista, que tem antecedentes lógicos e históricos nos fenômenos de fetichismo da mercadoria, inclusive do dinheiro (como uma coisa social). A reificação mercantil foi assim definida por Lukács (1976, p. 110):

A essência da estrutura mercantil já foi frequentemente sublinhada; ela repousa sobre o fato de que uma relação, uma relação entre pessoas, toma o caráter de uma coisa e, dessa maneira, de uma objetividade ilusória que, por seu sistema de leis próprio, rigoroso, inteiramente fechado e racional, aparentemente, dissimula todo o traço de sua essência fundamental: a relação entre os homens.

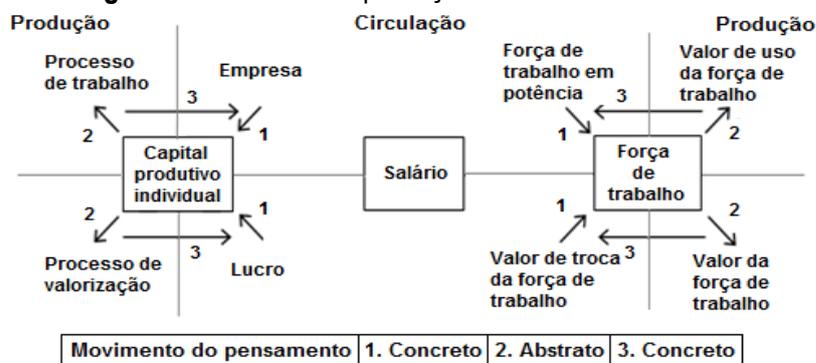
Além de restar no caráter mercantil da reificação, como a crítica marxiana da economia política, infelizmente, não escreveu o capítulo sobre o Estado. A crítica marxista juvenil lukacsiana da reificação no domínio estatal se valeu, pura e simplesmente, da crítica sociológica weberiana da burocracia.

A mercadoria e o dinheiro (M-D-M) servem de premissa lógica e histórica à forma geral do capital (D-M-D'). A forma geral do capital tem especificação histórica no processo de produção do capital industrial (D-M...P...M'-D'), em que o capitalista é proprietário dos meios de produção. Além de servirem de premissas, mercadoria e dinheiro são resultados dessa atividade produtiva. Na produção mercantil desenvolvida (Figura 4), no capital produtivo individual, há uma totalização concreta e contraditória entre processo de trabalho (objetividade) e processo de valorização (subjetividade), isto é, como processo de produção imediato (Figura 5), na busca de excedente na forma de mais-valia, que é fonte e essência do lucro.

O fenômeno do fetichismo concerne à *personificação* das categorias objetivas, além de incluir a *reificação* (coisificação das relações entre os homens). Em ambos os casos, é um fenômeno tanto inerente ao ser social quanto de consciência social (ideológico, mistificador, manipulador). Assim, junto com o fetichismo e, portanto, com a reificação, a ideologia dominante é um fenômeno inerente à ordem produtiva e de consciência da classe que domina nesta ordem produtiva. Como o vulgo, a burguesia interesseira e seus intelectuais orgânicos oportunistas dizem a tal fenômeno: *me engana que eu gosto!* Em compensação, para um intelectual orgânico do proletariado, trata-se de compreender e transformar, posto que “o conhecimento científico, aquele mesmo que evidencia o segredo da estrutura das relações mercantis, funda a possibilidade de uma transformação do mundo enquanto atividade prática diretamente implementada sobre as condições materiais” (LABICA, 1987, p. 34). A negação marxiana do princípio mercantil, segundo o qual a cada um dos proprietários de valor seja assegurado

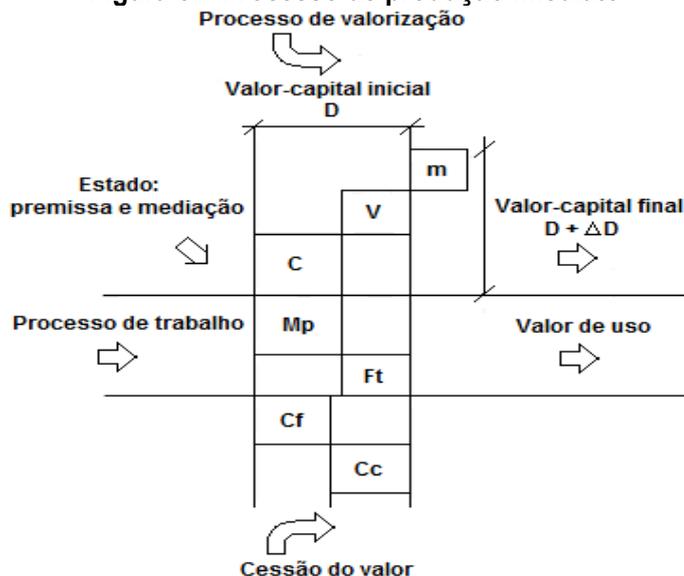
o mesmo valor, carrega a sua recíproca, a afirmação marxiana de um princípio comunista, a saber: a cada um conforme suas necessidades e de cada um conforme suas possibilidades.

Figura 4 – Estrutura da produção mercantil desenvolvida



Fonte: Farias (2015, p. 43; 1988, p. 519), baseado em Marx (1976, L. I, p. 136 et seq.).

Figura 5 – Processo de produção imediato



Fonte: Farias (2015, p. 44; 1988, p. 519), baseado em Marx (1976, p. 136 et seq.).

Legenda	Capital produtivo individual ou Processo de produção imediato				
	Processo de trabalho		Processo de valorização		
	Meios de produção (Mp)	Força de Trabalho (Ft)	Capital constante (C)	Capital variável (V)	Mais-valia (m) = Lucro (ΔD)
			Capital fixo (Cf)	Capital circulante (Cc)	

Nas estruturas mercantis, configuradas acima de maneira simples ou desenvolvida, as formas mais aparentes são respectivamente o preço e o salário, que, por sua vez, fazem a mistificação de apresentar a relação de exploração de uma classe por outra apenas como relações individuais entre quem personifica as mercadorias força de trabalho e os meios de produção no mercado, ocultando atrás dessas coisas o antagonismo de classe. A superação do caráter mercantil da sociedade implica a extinção da forma estatal correspondente, porque na produção mercantil simples ou desenvolvida, o Estado burguês torna-se *premissa* (condições democráticas formais) e *mediação* das relações contradi-

tórias entre os sujeitos envolvidos, sejam donos de mercadorias, sejam capitalistas e assalariados (FARIAS, 2015).

Desde o início, a mercadoria tem sua premissa e sua mediação, cujo desenvolvimento implica o Estado. Na estrutura da relação mercantil desenvolvida, a funcionalidade estatal viabiliza o fenômeno fetichista que consiste em hipostasiar os diferentes interesses de classe em interesse homogêneo das classes envolvidas, embora persista a hierarquia e a subsunção de classe no processo de produção imediato. Para Papaioannou,

[...] a mesma usurpação fatal e a mesma mistificação objetiva pela qual o capital concentra nele mesmo a “unidade” e a “vontade” da massa dos trabalhadores e se erige como uma força esmagadora diante da multidão atomizada dos trabalhadores isolados transforma, também, o Estado centralizador em personificação fetichizada da vontade geral (LABICA, 1987, p. 76).

Desde as mais simples até as mais complexas, das mais abstratas às mais concretas, na dialética do universal e do específico, a análise concreta marxiana aborda as totalidades concretas e contraditórias, cujos processos têm mediações e obedecem a leis, desde a reprodução do capital em geral (Figuras 6-7) até a crise dos capitais numerosos (Figuras 8-9).

Nos momentos da reprodução do capital produtivo individual e do capital social total, a reificação capitalista reside no funcionamento normal e corrente de todos os molinetes (nas formas simples e ampliadas), enquanto mecanismos ou engrenagens sociais, em círculos viciosos ou rodas vivas (variáveis no tempo e no espaço), que asseguram a permanência da exploração e da dominação burguesa industrial, subsumindo (real e formalmente) ao capital em geral tanto o proletário em separado, quanto o proletariado como classe oprimida (subalterna). “Na economia desenvolvida, e quanto mais ela tem expressamente por fundamento uma totalidade socializada dos atos práticos, e tanto mais é o caso, poderia facilmente parecer que não se trata de atos da prática humana, mas de um automovimento das coisas” (LUKÁCS, 2012, p. 43). Esse processo de socialização capitalista reificado envolve tanto o modo de produção quanto toda a superestrutura e, particularmente, o Estado capitalista (FARIAS, 1988; 2000).

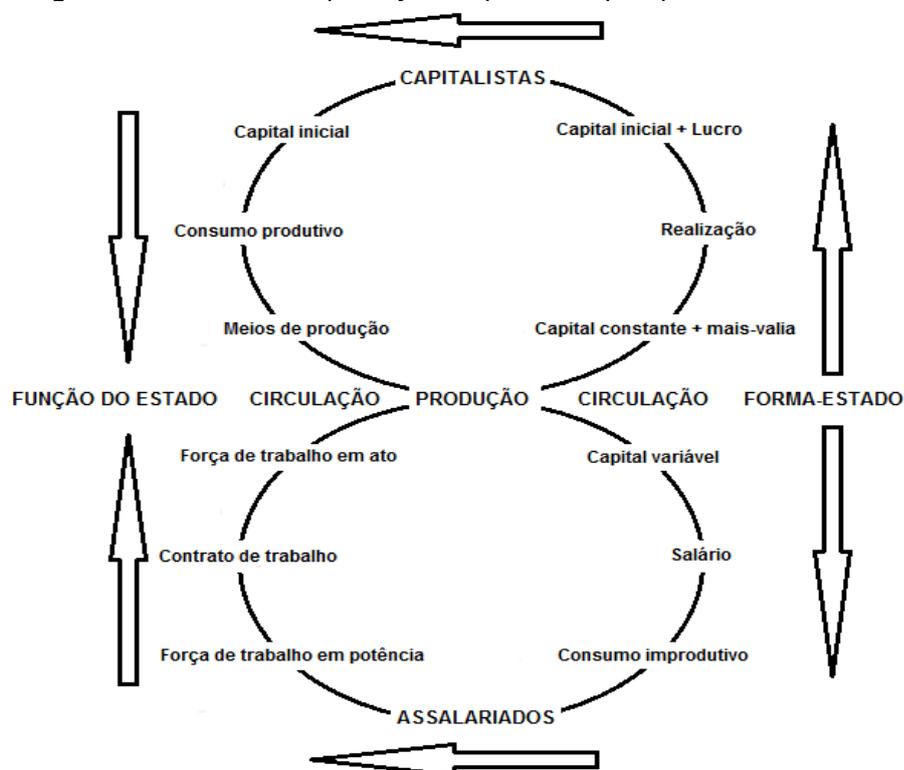
Embora seja um bom começo, como mostrou o jovem Lukács (1976), é insuficiente limitar o fenômeno de reificação no quadro do caráter mercantil da sociedade capitalista. Assim,

[...] em 1967, mostrei num livro, *A Sociedade do Espetáculo*, aquilo que o espetáculo moderno já era essencialmente: o reino autocrático da economia mercantil tendo alcançado um estatuto de soberania irresponsável, e o conjunto das novas técnicas de governo que acompanham este reino (DEBORD, 1992, p. 14).

Como pretende o autor francês, se existe esse “espetáculo moderno”, as suas manipulações não se limitam ao caráter mercantil do capital em geral, elas alcançam igualmente o processo real

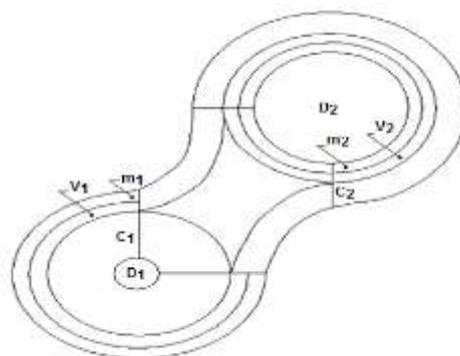
de produção como um todo. Por outro lado, na essência do governo, reside o Estado propriamente dito, sendo o Estado como um todo premissa e mediação das contradições de todos os molinetes que asseguram a permanência da opressão capitalista. Em vez de serem simples técnicas de governo, superficiais, as funções estatais são complexas, concernem nove momentos, a saber: a produção mercantil simples, a produção mercantil desenvolvida, a acumulação primitiva, os processos cíclicos, rotativos e reprodutivos, assim como a crise do capital (causa imediata, causa mais profunda e causa última). Em suma, a governamentalidade através das políticas públicas (no domínio do Estado) é algo de tão aparente quanto à forma-preço (no domínio do capital).

Figura 6 – Molinete da reprodução simples do capital produtivo individual



Fonte: Farias (2015, p. 45), baseado em Marx (1976, L. I, p.).

Figura 7 – Molinete da reprodução simples do capital social total



Legenda	Reprodução simples do capital social total
---------	--

	Seção dos meios de produção (D_1)	Seção dos meios de subsistência (D_2)
	Valor da produção de $D_1 = C_1 + V_1 + m_1$	Valor da produção de $D_2 = C_2 + V_2 + m_2$
	Condição de equilíbrio: $C_2 = V_1 + m_1$	

Fonte: Farias (2015, p. 46), baseado em Marx (1976, L. II, p. 344 *et seq.*).

Para Marx (1976, L. I, p. 264), no modo de produção capitalista, a divisão do trabalho tornou-se um método historicamente *progressista*, *requintado* e *civilizado* tanto para aumentar, individual e coletivamente, a exploração dos trabalhadores e os ganhos capitalistas, quanto para garantir a dominação do capital sobre o trabalho. Assim,

[...] um sistema de maquinaria forma, por ele mesmo, um grande autômato desde que é movimentado por um primeiro motor semovente... A partir do momento em que a máquina de trabalho executa todos os movimentos necessários ao processamento da matéria-prima sem ajuda humana, precisando apenas de assistência humana, temos aí um sistema de maquinaria automático, capaz de ser continuamente aperfeiçoado em seus detalhes... O sistema articulado de máquinas de trabalho, que recebem seu movimento pela transmissão de um autômato central é a forma mais desenvolvida do maquinismo produtivo (Ibidem, p. 273).

No fetichismo do capital produtivo de mais-valia, “o autômato, na sua qualidade de capital, é tornado homem na pessoa do capitalista. Uma paixão o anima: ele quer esticar a elasticidade humana e moer todas as suas resistências” (Ibidem, p. 287). No processo de acumulação e de reprodução de capital, o princípio do automatismo é, ao mesmo tempo, técnico, econômico e social, pois se insere no desenvolvimento das forças produtivas industriais e, portanto, nas relações de produção correspondentes, e sobre esta base econômica se expande à superestrutura correspondente, de modo que as totalidades concretas envolvidas se colocam no mesmo diapasão. Para Marx (1976, L. III, p. 793), “na mercadoria, já está incluída, e *a fortiori* na mercadoria como produto do capital, a reificação das determinações sociais da produção e a subjetivação dos fundamentos materiais da produção, característicos do modo capitalista de produção”. A *crítica da economia política* desvendou, como *reificação* e *personificação*, tanto o fetichismo da mercadoria e do dinheiro quanto o fetichismo do capital:

[...] a mistificação que transforma as relações sociais, às quais, na produção, os elementos materiais da riqueza servem de substratos, em propriedades destas coisas elas mesmas (mercadoria) e que, é ainda mais manifesto, transforma em coisa a própria relação de produção (dinheiro)... No modo capitalista de produção e para o capital... este universo mágico e distorcido se desenvolve ainda muito mais (MARX, 1976, L. III, p. 747-748).

Na crítica marxiana da economia política, o capital foi abordado como um todo que, em geral, produz e reproduz as condições de exploração do homem pelo homem (valorização, acumulação e reprodução); mas, na multiplicidade dos capitais em concorrência, tende a uma grande crise estrutural, que tem causa imediata, causa fundamental e causa última (Figura 8). Portanto, “em Marx, não há em nenhum lugar muralha da China que separaria de maneira absoluta as grandes crises sociais do funcionamento normal do processo econômico de reprodução” (LUKÁCS, 2012, p. 158).

Figura 8 – Grande silogismo dos capitais numerosos

Pluralidade do capital industrial: Grande silogismo historicamente determinado			
Momento dialético inicial (homogeneidade): Leis da equalização e da queda da taxa de lucro, enquanto tendências fundamentais da concorrência entre capitais produtivos (causa imediata de crise)			
Momento dialético central (diferenciação): A configuração do capital industrial, enquanto formação quantitativa e qualitativa do capital e da classe dos capitalistas (causa fundamental de crise)			
Capital produtivo		Capital improdutivo	
Capital-função		Capital-propriedade	
Capital ativo		Capital inativo	
Capital engajado		Capital entrincheirado	
Capital em ato		Capital em potência	
Capital real		Capital-fetichismo (<i>moneyed capital</i>)→	
Capital industrial	Capital comercial	Capital financeiro	Capital fictício→
	Capital mercantil		Capital fundiário→
Lucro bruto: Produção pela produção			
Lucro industrial	Lucro comercial	Juro	Renda fundiária
Lucro de empresa			
Capital (Lucro de empresa + Juro)		Terra (Renda)	
Trabalho (Salário): Reduzida demanda solvável das massas (razão última de crise)			
Momento dialético final (hierarquização): As classes sociais. <i>Terra-Trabalho-Capital</i> reificados como fonte de rendimentos das classes sociais. <i>Fórmula trinitária que engloba todos os mistérios do processo social de produção.</i>			

Fonte: Farias (2015, p. 64), com base em Marx (1976, L. III).

No fim das contas, a sociedade capitalista industrial forma um todo movido pelas contradições intercapitalistas e entre as classes fundamentais (capitalistas e proletários), que personificam a exploração econômica, a dominação política e a humilhação social do homem pelo homem — que também se revela como uma atividade (reificada) de pilhagem e destruição da natureza, desde a abstração real do valor de uso até a produção pela produção, como um fim em si mesma, voltada para o ganho (reificado como lucro, renda e juro), servindo de contexto para luta econômica de classe (Figuras 9 e 10). Tanto na exuberância financeira quanto na desigualdade de renda, “ainda que se trate aqui simplesmente de uma aparência, que se pode muito facilmente evidenciar, entretanto, Marx não negligencia, mesmo neste caso, de dissipar esta aparência reificante em atos teleológicos práticos humanos” (Lukács, 2012, p. 43), realizados na produção capitalista como um fim em si mesma. Para além das críticas às mazelas das reificações da exuberância financeira e da desigualdade de rendimentos, a abordagem crítica e revolucionária afirma a existência de latências, tendências e possibilidades, tidas por inviáveis, do ponto de vista dos capitalistas, de superar as desigualdades, as crises e as contradições constitutivas do capital como um todo, que as formas de propriedade de quem personifica o capital tornam inevitável. A modalidade de resolução da crise estrutural que lhe é inerente, com suas causas imediatas, fundamentais e últimas (FARIAS, 2015, p. 61 *et seq.*), depende da correlação de forças na luta econômica horizontal e vertical. A intromissão do Estado burguês como premissa da produção

pela produção e mediação de suas contradições, resta teleologicamente determinada pela perpetuação sistêmica do processo capitalista de opressão econômica, social e política, de modo que a funcionalidade estatal se revela como uma coisa social (reificação) para o disciplinamento dos fatores de produção através da gestão e da coerção. A solução alternativa conforme o interesse histórico do proletariado busca a extinção do Estado burguês, ao mesmo tempo em que se desenvolve um processo de democratização da sociedade, na transição socialista para o comunismo, posto que “no capitalismo e em virtude de sua lógica de classe, o conjunto dos produtos da atividade humana se cristalizam, se separam e se voltam contra esta última e contra os trabalhadores” (GARO, 2019, p. 224).

Figura 9 – Luta econômica horizontal

Luta econômica intercapitalista			
Capital industrial	Capital comercial	Capital financeiro	Exuberância financeira
Singularidade	Particularidade	Universalidade	
Essência			Aparência

Fonte: O autor, baseado em Marx (1976, L. III).

Figura 10 – Luta econômica vertical

Luta econômica de classes	Concorrência dos capitais	Homogeneidade	Essência
	Pluralidade dos capitais	Diferenciação	
	Fontes dos rendimentos	Hierarquização	
Desigualdade de renda			Aparência

Fonte: O autor, baseado em Marx (1976, L. III).

A totalização concreta da produção e da circulação do capital, isto é, “o processo real de produção”, como um todo estruturado, que se exprime por um grande silogismo, “gera novas configurações em que cada vez mais se perde o fio da conexão interna, as relações de produção se autonomizam umas em relação às outras e, enfim, os componentes de valor se esclerosam respectivamente em formas autônomas” (MARX, L. III, p. 749). Dentre essas,

[...] no capital portador de juros se encontra consumada a ideia do fetiche capitalista, a concepção que atribui ao produto acumulado do trabalho, e ainda fixado como dinheiro, a força de produzir, graças a uma qualidade secreta inata, de maneira puramente automática, em progressão geométrica, mais-valia; de modo que esse produto acumulado do trabalho, conforme pensa o *Economist*, já há muito tempo espera obter toda a riqueza do mundo para toda eternidade como alguma coisa que lhe pertence e lhe cabe de direito (ibidem, p. 362).

Na crítica marxiana da economia política, a abordagem científica dos fenômenos reificantes de desigualdade de renda e exuberância financeira pressupõe, com efeito, a análise da natureza íntima dos capitais numerosos, como produção pela produção. No contexto da crise estrutural, a ideologia reformista tenta amenizar a exuberância financeira e a desigualdade de renda, buscando um compromisso histórico, o mais superficial possível, entre as classes em luta (horizontal e vertical), que torne aceitável o capitalismo. Assim, as classes dominantes e seus intelectuais orgânicos praticam

“uma das características mais importantes da ideologia: a harmonização prematura das contradições sociais” (BLOCH, 1991, Tomo I, p. 190).

Na crítica marxiana da política, “dizer que os trabalhadores querem estabelecer as condições de produção coletiva na escala da sociedade e, na casa deles, para começar, na escala nacional, isto significa somente que eles trabalham pela derrubada das condições de produção atuais” (MARX, 1975, p. 24). Para um autêntico marxista, não se trata apenas de reformar o capitalismo para amenizar privilégios, sejam burgueses, na desigualdade de renda, sejam entre os burgueses, na exuberância financeira (financeirização). Ser a favor de reformas não implica, necessariamente, ser reformista. Para um verdadeiro keynesiano, basta promover a eutanásia do rentista e a distribuição de renda, que a vertente populista social-liberal brasileira traduz em redução da taxa de juros e inclusão do pobre no orçamento público.

Na crise estrutural do capital, e, portanto, do seu Estado como uma totalização concreta, situada no tempo e no espaço nacional, os automatismos sistêmicos de exploração, dominação e humilhação deixam de ser funcionais, tornam-se depreciativos de coisas e pessoas, implicando desvalorização do capital, recomposição do exército de reserva, desigualdade de renda, exuberância financeira, degradação dos serviços públicos, perdas de direitos sociais etc. O proletariado para si torna-se candidato à hegemonia no processo de democratização que extingue o eixo das condições objetivas em torno das quais giram aquelas opressões de natureza econômica, política e social, superando radicalmente seus problemas de classe e, ao mesmo tempo, de toda a sociedade de classe no espaço nacional. Obviamente, caso essa grande transformação social e histórica comece a se constituir atualmente num país determinado, terá logo que se ocupar da questão do imperialismo global (FARIAS, 2015; 2013a,b). Como sublinham Palheta e Salingue,

[...] se nenhum processo de ruptura revolucionária com a ordem das coisas seria capaz de sobreviver muito tempo e se realizar plenamente sem se estender para a escala internacional, e sem que alianças novas se façam neste nível, a dessincronização das lutas [econômicas,] sociais e políticas de um país a outro sugere que tais processos se realizarão, primeiramente, no plano nacional, e terão necessariamente que se proteger face aos ataques de uma burguesia que se encontra, quanto a ela, organizada em todos os níveis, do local ao global (BENSAÏD; PALHETA; SALINGUE, 2016, Posfácio, p. 221).

O proletariado para si, como classe hegemônica na emancipação humana, tem que lutar estrategicamente contra a essência da produção capitalista como um fim em si mesma, em vez de lutar taticamente, simples e superficialmente, contra a reificação capitalista, expressa como “capital-lucro” (lucro de empresário, juros), “terra-renda fundiária e trabalho-salário”, isto é, a “fórmula econômica trinitária” que se manifesta como exuberância financeira e desigualdade de renda; porque, na sua totalidade, “o capital não é um objeto, mas uma relação social de produção determinada” (MARX, L. III, p. 737), um movimento que envolve tempo e espaço, produção e circulação, subjetividade e objetividade,

exploração e dominação, sociedade e natureza, nacional e global, necessidade e liberdade. Com o desenvolvimento do capitalismo,

[...] amplia-se igualmente o domínio da necessidade natural, porque as necessidades aumentaram; mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. Nesse terreno, a única liberdade possível consiste em que o homem social, os produtores associados regulem racionalmente seus intercâmbios com a natureza, que eles a controlem juntos, no lugar de ser dominados por sua potência cega, e que o façam com um mínimo de emprego de forças e sob as condições mais dignas e adequadas à natureza humana. Mas essa atividade constituirá sempre o reino da necessidade. Além dele é que começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o verdadeiro reino da liberdade, mas que só pode florescer se fundando sobre o reino da necessidade. A condição essencial desse florescimento é a redução da jornada de trabalho (ibidem, p. 742).

Com efeito, o tempo livre tem um papel decisivo na transformação do proletariado em si em proletariado para si. Além disso, na perspectiva autogestionária, em que o processo de democratização implica a sociedade como um todo, especialmente no modo de produção e de utilização da tecnologia, a redução da jornada de trabalho possibilita ao proletário “de se formar de maneira permanente, de modo a poder ocupar funções múltiplas na produção e na vida social” (NAVILLE, 2016, Entrevista a J.-M. Vincent, p. 318).

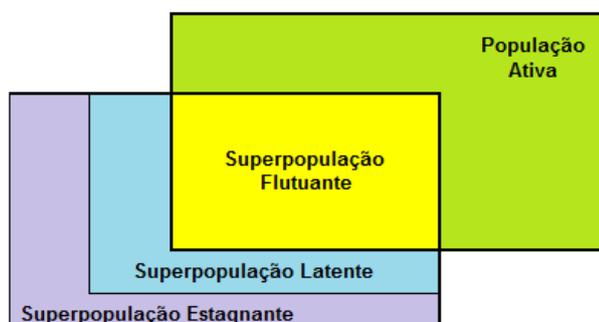
Nas totalizações concretas da formação capitalista historicamente determinada (gênese, desenvolvimento e superação), as relações entre sujeitos e objetos são marcadas pelo fenômeno do fetichismo de coisificação (objetivação) e de personificação das categorias envolvidas pelos donos das mercadorias (artesãos, assalariados, comerciantes, industriais, banqueiros etc.). O fetichismo é tanto um fenômeno inerente ao ser social, quanto um fenômeno de consciência social e, portanto, envolve a superestrutura (formas estatais, ideológicas, políticas, culturais etc.). O mesmo fenômeno ocorre com a reificação, enquanto forma particular do fetichismo da mercadoria, seja como premissa, seja como resultado da produção capitalista. O proletário e o capitalista, em si mesmos, fazem parte de um mesmo processo de totalização e concretização, obedecendo à lei geral da acumulação capitalista (MARX, 1976, p. 437 *et seq.*). A figura 10, abaixo, exprime o proletariado em si, em Marx. A dinâmica da acumulação capitalista contemporânea requer uma atualização da categoria marxiana do proletariado em si, no contexto situado para além do fordismo e na globalização. Para tanto, o método marxiano é muito útil para as pessoas que querem pensar por si mesmas, na abordagem da situação concreta na qual se encontra o proletariado em si, inserido no capitalismo tardio, pós-moderno ou neoliberal, que desenvolveu a heterogeneidade estrutural da população ativa e da superpopulação relativa e também a tendência à transformação de todos os proletários em exército de reserva. Como adverte Pierre Cours-Salies (*in* NAVILLE, 2016, Avertissement, p. 12),

[...] marasmo generalizado dos estatutos, do desemprego e da globalização das gestões especulativas, *dumping* à diminuição dos direitos sociais e democráticos, uma outra provação

A REIFICAÇÃO CAPITALISTA E A EMANCIPAÇÃO HUMANA: questões de método, categorias da elaboração e práxis consciente

toma forma: no mundo inteiro, a flexibilidade, a adaptabilidade, mas também o *business model* da economia numérica repousa sobre a multiplicação do emprego qualificado fora do assalariamento.

Figura 10 – Configuração do proletariado segundo Marx

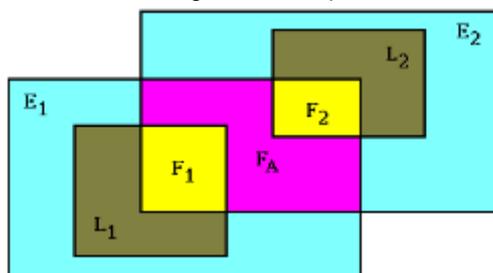


Fonte: Farias e Teixeira (2014, p. 173), baseados em Marx (1976, L. I, p. 437 *et seq.*).

A partir do referencial teórico-metodológico marxiano, Farias (1988; 2015) elaborou uma configuração atualizada do conjunto do proletariado em si, inserido no contexto dialético da acumulação capitalista (Figura 11), considerando as antinomias raciais, sexuais, espaciais etc., através de índices atribuídos à superpopulação relativa. O mesmo critério pode ser aplicado para a população ativa (F_{A1} e F_{A2}). Por sua vez, o proletariado para si, enquanto sujeito coletivo da sua própria emancipação, elabora uma totalização que se exprime como um silogismo na superação da exploração econômica (universalidade), da dominação política (particularidade) e da humilhação social (singularidade), portanto visando o fim da luta de classe, no sentido radical, amplo e profundo, o que implica a emancipação humana, em última instância, no comunismo. Como sublinhou Lukács (2001, p. 34),

[...] é somente depois de ter analisado as classes na sociedade burguesa que se encontra esta consciência *especial* e ainda *jamaís* realizada na história — tanto do ponto de vista de sua natureza (percepção adequada do conjunto da sociedade), quanto do ponto de vista de sua função (influência real e consciente sobre o curso da história) — que é a consciência de classe do proletariado.

Figura 11 – Reconfiguração do proletariado segundo Farias



Fonte: Farias (2015, p. 54; 1988, p. 543), baseado em Marx (1976, L. I, p. 437 *et seq.*).

Não passa de uma reificação ideológica o isolamento do proletariado em si, integrado ao capitalismo, sem qualquer consideração da ruptura social e histórica que representa o proletariado para si, tornando-se sujeito universal da emancipação humana, implementando a estratégia consciente,

superando tanto a defasagem entre o real e o possível quanto as condições objetivas que fazem com que a luta de classes continue existindo. Neste texto científico, em que se faz uma busca da verdade do fenômeno (objetividade e subjetividade, essência e aparência, ideal e real etc.), o processo de acesso ao proletariado, em si e para si, como um concreto do pensamento que correspondente a uma forma de existência real, está sempre em vias de ir mais além de sua figuração estruturada em certo momento e lugar tanto pela dinâmica da acumulação capitalista quanto pela gênese, constituição e evolução da consciência de classe de quem personifica (individual e coletivamente) uma força de trabalho em permanente transformação, em que fica patente a impossibilidade de uma configuração fixa, particular ou estática do proletariado como um todo.

A tarefa histórica da classe proletária se realiza na luta contra a opressão econômica, política e social, sob a hegemonia exercida pela classe burguesa dominante, através meios de potência em termos militares, diplomáticos, financeiros, burocráticos, midiáticos, educativos e culturais, dentre outras manipulações, como *fake news* e guerras híbridas. Ao mesmo tempo em que naturaliza o capitalismo, a propaganda burguesa tem um “paradoxo fundamental”, a saber: “ela combate alguma coisa da qual ela é inconsciente, para a qual ela é estruturalmente cega — não às contraforças reais (aos adversários políticos), mas à *possibilidade* (ao potencial utópico de emancipação revolucionária) imanente à situação” (ŽIŽEK, 2010, p. 46).

Na superação da nova ordem mundial, sem se fixar e se acomodar em modelos e alternativas passadistas e estatistas, é preciso criticar a partir do presente o devir destrutivo e contraditório do capitalismo na sua totalização reificante, para realizar a emancipação humana e natural, por intermédio de uma práxis consciente (autônoma, superando a defasagem entre real e possível) do proletariado voltada para a utopia concreta do comunismo. A figura do proletariado em si como formalização estruturada de um de seus momentos espaciais e temporais, determinados pela situação concreta da acumulação capitalista, não resta no impasse de sua integração reificada ao capital, porque realmente entra em jogo a figura do proletariado para si, afirmando uma ruptura latente, tendencial e possível com o capital, no sentido da práxis consciente da emancipação da exploração, da dominação e da humilhação burguesa. Portanto, vale a pena atualizar a estratégia do jovem Lukács (1976, p. 243):

[...] a arma decisiva do proletariado, a única superioridade eficaz, é sua capacidade de ver a totalidade da sociedade como totalidade histórica concreta, de compreender as formas reificadas como processos entre homens, de elevar positivamente à consciência e de transformar em práxis o sentido imanente da evolução, que só se manifesta negativamente nas contradições da forma abstrata da existência.

Na superação das contradições da produção de riqueza na sociedade capitalista, em se tratando de experiência que se faz do mundo, mas que ocorre no mundo, em favor de outro mundo possível, as categorias dialéticas são aplicadas à realidade concreta, funcionam como formas lógicas

do pensamento materialista dialético que, em definitivo, não isola as determinações subjetivas e objetivas, quantitativas e qualitativas, gnosiológicas e ontológicas, abstratas e concretas, fenomênicas e essenciais etc.

3 QUESTÕES DE EMANCIPAÇÃO HUMANA

Desde jovens, Marx e Engels (1976), sublinharam as relações de alienação e reificação capitalistas, bem como a necessidade histórica de superá-las. Perceberam, por um lado,

[...] que uma reestruturação radical do modo prevalecente de intercâmbio e controle humano é o pré-requisito necessário para um controle efetivo das forças da natureza, que são postas em movimento de forma cega e fatalmente destrutiva precisamente em virtude do modo prevalecente, alienado e reificado de intercâmbio e controle humanos (MÉSZÁROS, 2002, p. 988).

Marx e Engels (1976, n. 1, p. 33) perceberam, por outro lado, que “o comunismo não é nem um *estado* que deve ser criado, nem, um *ideal* sobre o qual a realidade deverá se regular. Chamamos comunismo o movimento *real* que abole o estado atual. As condições desse movimento resultam da pressuposição que existe atualmente”. Cabe insistir que esse processo de abolição ocorre tanto no domínio do ser social e histórico, separado por abstração do domínio do ser natural orgânico e inorgânico, quanto na totalização concreta entre ambos os domínios, nas experiências que o capitalismo faz do mundo, mas que ocorrem no mundo (humano e natural), que são relações de alienação e reificação, inerentes ao ser social e à consciência social, situados no tempo e no espaço. Por isso, é pertinente recusar “a tendência a conceber o marxismo exclusivamente como uma doutrina social, uma filosofia social, ignorando ou rejeitando a tomada de posição que ele contém em relação à natureza” (LUKÁCS, 1976, posfácio de 1967, p. 392). Com efeito, não há emancipação proletária sem superar o trabalho alienado de cabo a rabo: desde sua raiz, nas relações mercantis simples, até suas formas mais desenvolvidas, que florescem no maquinismo, na indústria, nas diversas formas do fazer das forças produtivas relacionadas com a natureza (base técnica), como também das múltiplas formas do agir automatizados estatais, políticos, ideológicos e culturais, articulados com as relações de produção (base econômica). Portanto, a liberação proletária na base econômica faz-se no mesmo diapasão da liberação das forças produtivas, posto que a base técnica capitalista não é somente alienante, ela própria é alienada. No modo de produção comunista, em que a reificação tecnicista capitalista (como no taylorismo, no fordismo, no toyotismo) foi superada e a base técnica poderá se desenvolver plenamente e, qualitativamente, não alienante, caso reste sob o controle em comum do conjunto dos trabalhadores associados. O planejamento democrático, ecológico e social da produção, especialmente de seus au-

tomatismos técnicos e socioeconômicos, deve impedi-la de ser um elemento constitutivo da destruição do homem e das condições ecológicas de vida.

Na totalização concreta que envolve dialeticamente o presente da sociedade capitalista com um retorno ao seu passado, para retornar ao seu presente aberto (com latências e tendências) para o futuro antecipado, a “utopia concreta” comunista (BLOCH, 1981) torna-se uma tarefa histórica, que implica o sujeito coletivo nas lutas anticapitalistas tanto socialmente contra a exploração, a dominação e humilhação do homem pelo homem, quanto ecologicamente contra a expropriação, a pilhagem e a destruição da natureza pelo homem (LÖWY, 2011; FOSTER, 2002; FOSTER; CLARK, 2022). A emancipação humana das opressões sociais e dos flagelos ecológicos passa por uma conquista revolucionária do proletariado, na tarefa histórica correspondente à sua existência social e natural de alcançar no futuro o comunismo, orientado por uma práxis consciente (autônoma, superando a defasagem entre real e possível), envolvendo relações vitais do ser social e histórico, como o tempo de trabalho e o tempo livre, o trabalho manual e o trabalho intelectual, o fazer e o agir, a produção e a circulação, o temporal e o espacial, o social e o natural, a base (técnica e econômica) e a superestrutura (política, ideológica, estatal e cultural) (MARX, 1977, prefácio, p. 1-5). As questões não caem do céu, do mundo sobrenatural, pois envolvem categorias ideais (teoria) e experiências concretas e complexas (práxis) que se fazem com os seres sociais e naturais. Quando elaboradas no quadro de uma análise concreta, tendo por objeto uma experiência historicamente determinada, as problematizações científicas relacionando a teoria com a práxis numa especificação histórica devem desembocar em questões científicas, com suas próprias respostas, a priori hipotéticas, a serem transformadas em teses através do desenvolvimento das investigações. O investigador (sujeito) faz uma problematização entre a teoria e a experiência que se tem com o mundo e que ocorre no mundo (objeto), em favor de um possível mundo melhor, implementada através de raciocínios ora dedutivos, ora indutivos.

Na problematização da emancipação humana no contexto atual dos processos de globalização do capitalismo, tem-se a hipótese de que o proletariado explorado, dominado e humilhado no capitalismo tardio e pós-moderno ainda é o principal antagonista do imperialismo global, como totalização do capital e do Estado, que desenvolve cada vez mais suas relações dialéticas, em extensão e intensidade. Nessa situação concreta, há uma tendência à transformação de todo o proletariado em superpopulação relativa (flexibilização e precarização do emprego). A configuração do proletariado em si, na sua nova modalidade de subsunção real ao capital como um todo, inserido nos contextos temporais e espaciais do capital em geral e dos capitais numerosos de modo excessivamente alienante e reificante, sob a dominação de vários automatismos econômicos, sociais e políticos, enfrenta sérios obstáculos para desenvolver a sua consciência política de classe para si. Torna-se claro e evidente a

atualidade da estratégia de hegemonia do proletariado de Lenine (1975, T. 1, p. 173) sobre *O que fazer*:

A consciência política de classe só pode ser trazida ao operário do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se poderia ir buscar esse conhecimento é aquele das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre elas mesmas.

Por sua vez, os membros de um partido democrático e organicamente vinculado aos operários, “para levar aos *operários* os conhecimentos políticos”, têm a importante tarefa de “ir em todas as classes da população, devem enviar *em todas as direções* destacamentos de sua armada” (ibidem), no combate à exploração econômica, à dominação política e à humilhação social, assim como à destruição ecológica. Desse modo, a emancipação do proletariado será uma obra dele mesmo, junto com os intelectuais efetivamente engajados nesta causa, vindo a ser emancipação da humanidade, em última instância, com a superação das condições objetivas que fazem com as lutas de classes continuem existindo. As lutas específicas contra as opressões econômicas, sociais e políticas não perdem de vista a estratégia emancipatória da genericidade humana, sempre articulada e voltada para o objetivo final de realizar a utopia concreta do comunismo. Além de estar no *front* das lutas contra as opressões e as manipulações capitalistas, o partido deve servir de suporte democrático, organizado, intelectual e orgânico para vincular a consciência de classe real e possível do proletariado com ações políticas revolucionárias. Lukács (2001, p. 47) sublinhou “a *tarefa* do partido do proletariado, que é de suprimir a defasagem... entre a consciência que *corresponde objetivamente* ao ser econômico do proletariado e uma consciência cujo *caráter de classe* fica para trás deste ser”. No fim das contas,

[...] os marxistas têm que compartilhar a convicção de Marx de que o futuro do socialismo está vinculado indissociavelmente com as lutas da classe trabalhadora realmente existente, ou seja, com seus interesses imediatos tal e como os percebe. Também têm que compartilhar a convicção de Marx de que as possibilidades do socialismo surgem das próprias contradições do capitalismo, que os elementos constitutivos da nova sociedade se desenvolvem no seio das sociedades capitalistas mais avançadas. Essencialmente, a revolução socialista significa que se liberam estes elementos constitutivos (MANDEL, 1992, p. 8).

Desse modo, construir uma organização proletária emancipatória requer uma consciência de classe estrategicamente compartilhada de uma resolução revolucionária para a grande crise estrutural do capitalismo imperialista globalizado atual. A estratégia revolucionária implica a transição ao comunismo, a construção da república dos conselhos na escala mundial, a extinção da luta de classes e, portanto, das formas estatais capitalistas, na escala global e na longa duração histórica. Mas, na situação concreta da presente crise global, aquilo que é estratégico reside em construir as condições organizativas para o cumprimento da tarefa histórica do proletariado, em que as classes subalternas, oprimidas e circunscritas em táticas defensivas e ganhos obtidos por reformas conjunturais, avança decisiva-

vamente na conquista do poder político, inaugurando uma grande transformação social e histórica, para superar a destruição capitalista do homem e da ecologia.

Para Daniel Bensaïd, a experiência vitoriosa da revolução russa de 1917 evidenciou que “a questão chave era aquela da educação, da continuidade política, organizacional, do que havia sido acumulado em quase vinte anos de combates, e que permite ao partido de reagir à crise revolucionária sem se deslocar. Eis questão vital: a capacidade de revirar à quente sem implodir” (BENSAÏD *et al.*, 2016, p. 170-171). Desde o início do século XX, à questão sobre *O que fazer*, Lenine (1975, T. 1, p. 111 *et seq.*) respondeu que os proletários têm a tarefa histórica de combater o capitalismo com consciência de classe (sindical e política). Mas, entre a consciência de classe real e a consciência de classe possível “existe uma defasagem”, de modo “que a tarefa dos partidos e de seus dirigentes é precisamente de superar o tanto quanto possível” (LUKÁCS, 2001, p. 46).

Na busca do fim definitivo da exploração, da dominação e da humilhação entre as classes, para concretizar o comunismo, o proletariado para si assume o papel hegemônico de sujeito coletivo da emancipação humana. Assim, para que a consciência de classe dos proletários se torne uma autêntica consciência política, de acordo com Lenine (*ibidem*, p. 165), é preciso cumprir três condições, a saber: em primeiro lugar, que eles “estejam habituados a reagir contra *todo* abuso, *toda* manifestação de arbitrariedade, opressão e violência, *quaisquer que sejam as classes que sejam vítimas disso*”, mantendo-se sempre partidários da perspectiva de transformação envolvendo reforma e revolução; em segundo lugar, que eles “aprendam a tirar proveito dos fatos e dos eventos políticos concretos e da atualidade de grande urgência imediata, para observar *cada uma* das outras classes sociais em todas as manifestações de sua vida intelectual, moral e política”; em terceiro lugar, que eles “aprendam a aplicar na prática a análise e o critério materialistas a *todas* as formas da atividade e da vida de *todas* as classes, categorias e grupos da população” (*ibidem*). Analisando a experiência revolucionária russa de 1917, que transformou a guerra imperialista em guerra civil, o historiador Lewin (2015) constatou que, diante da contrarrevolução stalinista (ditadura da burocracia), o *Último combate de Lenine* foi em defesa da ditadura do proletariado, como sinônimo de democracia do proletariado. No prefácio desse livro (*ibidem*, p. 11), Daniel Bensaïd sublinha que “esse combate permitia que a alternativa histórica restasse aberta para o futuro, que a história em vias de se fazer com a força da evidência burocrática pudesse ser desmentida em nome de uma outra possibilidade estratégica.” A experiência burocrática ditatorial pseudossoviética foi fetichizada ideologicamente pelos partidos comunistas stalinistas como modelo de *realpolitik* a ser seguido em toda e qualquer circunstância de superação do capitalismo. Antes mesmo da morte de Lenine, em 2024, a revolução russa foi “traída” pelo stalinismo (TROTSKY, 1976; 1967), cujo regime ditatorial desenvolveu a burocracia sob o socialismo dito real, em vez de extingui-la através da ditadura do proletariado, como pensou Lenine (1975, T. 2, p. 281 *et seq.*) nas notas sobre *O*

Estado e a revolução. Em 1918, na *Carta aos operários americanos*, disse Lenine (1975, T. 3, p. 47-48):

Os Sovietes operários e camponeses constituem um novo *tipo* de Estado, um *tipo* novo e superior de democracia; elas são a forma que assume a ditadura do proletariado, um meio de administrar o Estado *sem* a burguesia e *contra* a burguesia. Pela primeira vez, a democracia está aqui a serviço dos trabalhadores; ela cessou de ser uma democracia para os ricos, o que ela resta em todas as repúblicas burguesas, mesmo as mais democráticas. Pela primeira vez, as massas populares empreendem a instauração, na escala de uma centena de milhões de homens, da ditadura dos proletários e dos semiproletários, tarefa sem a execução da qual *não poderia ser* questão de socialismo.

A implementação do “socialismo real”, na estratégia burocrática stalinista, implicou a negação da natureza soviética do regime ditatorial russo. Sabe-se agora que “seu projeto originário (Lenine) era contaminado e ninado pelo economicismo (os Sovietes mais a eletrificação, a imitação do capitalismo de Estado alemão e do taylorismo) e que empregou meios em contradição com toda emancipação (a coerção no lugar da democratização)” (VINCENT, 2001, p. 173). Com efeito, nos países do sistema do “socialismo real”

[...] a natureza não capitalista da burocracia se expressa no fato de que sua dominação não é exercida através do dinheiro, mas através do monopólio do controle político. Por outro lado, seu caráter não socialista se expressa na sua incapacidade de se libertar da *influência* do dinheiro e da riqueza monetária. O fato de que não é uma nova classe dirigente se expressa na sua incapacidade de libertar-se de toda essa combinação híbrida entre o monopólio do poder e o poder monetário, e de sua incapacidade para criar os fundamentos de novos mecanismos de dominação (MANDEL, 1992, p. 6-7).

No último quarto do século XX, o abandono do princípio de democratização socialista, sob a hegemonia do proletariado, foi posto em prática nos partidos eurocomunistas, que se aproximaram da estratégia social-democrata. A partir de 1975, a teoria crítica habermasiana (FARIAS, 2001, p. 15 *et seq.*) tornou-se social-democrata radical, negando a totalização concreta e contraditória, movida pela luta de classes, entre a base e a superestrutura, agora vistas como complementares pela ação efetivamente conciliadora de classe do Estado de bem-estar social; entretanto, isso não seria uma adesão do sociólogo-filósofo de Frankfurt à tese dos pós-modernos de fim da história, pois o seu motor passara a residir nas lutas dos ecologistas e dos outros movimentos sociais contra o racismo, o machismo, o chauvinismo etc.; estabelecendo, então, uma dinâmica emancipatória humanista, em razão das lutas de resistência contra a dominação sistêmica da economia e da administração capitalistas (agir estratégico) sobre o cotidiano mundo vital público e privado (agir comunicacional), de modo que essa espécie de colonização interna seja na base, seja na superestrutura seria mediada (regulada) pelo poder e pela moeda (agir instrumental). Ao contrário do que antecipava a utopia abstrata seja pós-moderna¹⁰, seja habermasiana, a luta de classes persiste, se estende e se aprofunda cada vez mais, na situação concreta do capitalismo tardio, para além do fordismo e na globalização (ANDERSON, 1992; JAMESON, 1994; 1996; 2009).

No início do século XXI, na nova configuração do capitalismo, a atualização das condições leninistas de consciência política poderia contribuir para uma totalização concreta das lutas do proletariado e de suas alianças de classe tanto contra a exploração, a dominação e a humilhação do homem pelo homem, quanto contra a expropriação, a pilhagem e a destruição da natureza, em vez de executar uma simples tarefa de coordenação populista, positivista e estruturalista, sob o pretexto de que “as lutas contra o sexismo, o racismo, a discriminação sexual e para a proteção do meio ambiente deveriam ser articuladas àquelas dos trabalhadores num novo projeto hegemônico de esquerda” (LACLAU; MOUFFE, 2009, prefácio da segunda edição inglesa, p. 35). A grande ideologia estruturalista coloca uma questão de transversalidade abstrata, enquanto a grande ideologia marxista coloca uma questão de totalidade concreta.

Na sua práxis consciente (autônoma, superando a defasagem entre real e possível), estratégica e organizada o proletariado como classe para si desenvolve um processo de democratização radical, em todos os domínios do ser social, na base e na superestrutura, em que busca estabelecer a sua própria hegemonia, ao superar a hegemonia dos capitalistas (ANDERSON, 1978). Infelizmente, “a noção de hegemonia às vezes serviu de álibi teórico ao abandono, sem discussão séria pelos teóricos da esquerda, da ditadura do proletariado” (BENSAÏD, 2008, p. 313). Portanto, os autodenominados “pós-marxistas” gramscianos Laclau e Mouffe (2009, p. 25-26) acham que “uma relação de hegemonia... não se assimila com a noção marxiana do proletariado como classe universal, porque ela não resulta de uma última reconciliação conduzindo ao declínio do Estado e ao fim da política”. Na sua estratégia socialista, eles ignoram a antecipação concreta de uma “sociedade regulada”, enquanto resultado de um processo revolucionário, sob a hegemonia do proletariado, em que “sociedade civil” absorve a “sociedade política” e, portanto, extingue o “Estado-classe” capitalista, conforme a estratégia comunista de Gramsci (2001, v. 1, p. 662; v. 2, p. 693, 734). Também ignoram que, na teoria da práxis gramsciana, “o conceito de hegemonia não elimina a necessária ruptura revolucionária, e a transformação da defensiva estratégica (ou guerra de posição) em ofensiva estratégica (ou guerra de movimento)”. (BENSAÏD, 2008, p. 313). A *realpolitik* socialista e historicista dos pós-marxistas gramscianos implica a aceitação de um mundo ocidental realmente distópico, descrito no poema de Pier Paolo Pasolini “As cinzas de Gramsci”¹¹, como “um mundo órfão de Gramsci, desertado de toda vocação para fazer advir o real da História”, quando de fato “ele viveu como militante e dirigente comunista no sentido de que ele pensava que o momento tinha chegado para realizar este real, o que significava... conseguir na Itália, e no mundo inteiro, uma revolução proletária” (BADIOU, 2015, p. 42).

4 CONCLUSÃO

Para os autênticos herdeiros da abordagem crítica e revolucionária marxiana, não há rendição fatalista à mistificação de um autômato totalitário, capaz de explorar, dominar e humilhar para todo o sempre. Isso porque, na situação concreta da formação capitalista, o proletariado em si, integrado ao sistema através do trabalho alienado (destrutivo do homem e das condições ecológicas de vida), das manipulações tecnológicas, comunicacionais, ideológicas, culturais etc., sofre diversas opressões econômicas, sociais e políticas, contra as quais luta como classe mais ou menos organizada e decidida a mudar o mundo, na medida em que desenvolve sua consciência de classe para si (sindical e política, superando a defasagem entre real e possível), faz alianças com outras classes e intelectuais orgânicos, em processo de ruptura sistêmica com a naturalização da sociedade burguesa, pela transição socialista ao comunismo.

Portanto, a mistificação que coisifica as relações entre pessoas e personifica as categorias objetivas, está inserida no processo de produção do capital como um todo, concernindo tanto as relações mercantis simples e desenvolvidas quanto as relações do capital em geral e dos capitais numerosos nas suas múltiplas determinações como ser social e histórico. Em geral, trata-se de um fenômeno de consciência e inerente ao ser social e histórico, na base e na superestrutura da formação capitalista. Analisar o fenômeno da reificação a partir do fetichismo da mercadoria é apenas um começo, sendo a mercadoria a forma elementar da riqueza no capitalismo. Por isso, a crítica da reificação capitalista que herdamos de Marx (1976) permite, a quem quer pensar por si mesmo, uma elaboração mais ampla e profunda do que aquela do marxismo weberiano, como legado do jovem Lukács (1976)¹². A reificação capitalista que ocorre em razão da automação como progresso técnico inserido no processo de sub-sunção real dos proletários aos capitalistas poderia ser superada sob a égide da automação sob o controle comum dos trabalhadores associados, como uma transformação social e histórica na via da realização da utopia concreta do comunismo. O processo de automação é contraditório, porque, como reificação técnica capitalista, “provoca a tentação de um automatismo social generalizado, tão temível quanto são extraordinárias as esperanças de liberdade que ela abre” (NAVILLE, 2016, p. 89).

A abordagem crítica e revolucionária marxiana concerne a ordem e o desenvolvimento desigual do capital e de suas classes, no contexto de uma totalização concreta, complexa, contraditória, com mediações e respeito às leis tendenciais. A ideia geral de formação socioeconômica como um todo, movido pela luta de classes, fornece o contexto temporal e espacial das principais reificações capitalistas, no sentido amplo, que implicam ruptura na unidade dialética de suas configurações, a saber: seres naturais e seres sociais; forças produtivas e relações de produção; base (técnica e econômica) e superestrutura (política, jurídica, religiosa, ideológica, estatal e cultural).

A reificação como falsa consciência, visão distorcida, mistificada do mundo é o resultado de uma ruptura teórica e metodológica com a totalidade concreta, em que, por força de uma abstração irracional, isola partes e momentos inerentes ao mesmo processo de totalização; o que efetivamente interessa à dominação política e à grande ideologia burguesa na temporalidade composta de genealogia (passado), desenvolvimento (presente) e superação (futuro), na dialética do universal e do específico (particular e singular) e também na dialética da objetividade e da subjetividade, da essência e da aparência, do ideal e do real etc.

As abordagens puramente críticas do capitalismo buscam compreender as suas reificações no processo destrutivo do homem e da ecologia, ao mesmo tempo em que não enfrentam efetivamente esse processo burguês, por não terem uma vontade coletiva de transformação revolucionária, sob a hegemonia do proletariado. Na abordagem do marxismo crítico e revolucionário, desde o século XIX até o século XX, a emancipação humana é inserida no contexto histórico e natural, em que a práxis organizada e consciente do proletariado, como sujeito coletivo emancipatório da opressão capitalista, através de um processo de democratização sob a hegemonia da massa proletária, elimina as condições objetivas que fazem com que a luta de classes continue existindo, superando a produção capitalista como um fim em si, voltada para a reificação do ganho (lucro, renda, juro), que causa crises periódicas e destruição do homem e da ecologia. Sobre a abordagem marxiana do mundo, como concluiu Lukács (2012, p. 276):

Ela envolve a possibilidade de participar enquanto ideologia no desenrolar dos conflitos porque está capacitada, com vistas à sua resolução, para produzir os instrumentos intelectuais de seu fundamento científico objetivo, como também a perspectiva humana, genérica, de uma saída para fora desses conflitos, a transformação do gênero humano em si num gênero humano para si.

Atualmente, a grande ideologia capitalista tenta manipular e dominar, utilizando reificações potencializadas pelas novas tecnologias, pelos automatismos econômicos, sociais, políticos e pelas operações culturais e espetaculares (mídia, redes sociais etc.), para que o proletariado como classe em si, subsumido formal e realmente ao imperialismo global, fique isolado do proletariado enquanto classe para si, com sua práxis consciente e sua estratégia internacional anti-imperialista. Para ultrapassar a reificação imperialista atual, falta construir um frente de combates (econômicos, políticos, sociais, ecológicos etc.) do proletariado, ora firme e unido na guerra de posição, ora criativo e flexível na guerra de movimento, marcado pelo emprego de raciocínio materialista e dialético, como portador radical de uma grande transformação social e histórica voltada para uma utopia concreta comunista, em que são superadas as condições objetivas da existência da luta de classes, através do processo de democratização socialista. Somente “nesta perspectiva o automatismo aparece, em suma, muito menos como um es-

magamento mecânico de todo esforço de liberação, do que como uma mola essencial para as estruturas da vida sob todas as suas formas” (NAVILLE, 2016, p. 292).

Para além do capitalismo imperialista atual, enfim, a utopia concreta comunista de emancipação humana passa pela transição socialista e ecologista, enquanto processo de democratização radical voltado tanto para a superação da exploração econômica, da dominação política e da humilhação social do homem pelo homem, quanto para acabar com a expropriação, a pilhagem e a destruição da natureza pelo homem, que ainda prevalecem na produção e no consumo de massa do capitalismo dito tardio, pós-moderno ou neoliberal.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **Sur Gramsci**. Paris: François Maspero, 1978.
- ANDERSON, Perry. **O fim da história de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- BADIOU, Alain. **À la recherche du réel perdu**. Paris: Fayard, 2015.
- BENSAÏD, Daniel. **Éloge de la politique profane**. Paris: Albin Michel, 2008.
- BENSAÏD, Daniel; PALHETA, Ugo; SALINGUE, Julien. **Stratégie et parti**. Paris: Les Prairies ordinaires, 2016.
- BLOCH, Ernst. **Experimentum mundi**. Paris: Payot, 1981.
- BLOCH, Ernst. **Le principe espérance**. 3 Tomos. Paris: 1982; 1991.
- DEBORD, Guy. **Commentaires sur la société du spectacle**. Paris : Gallimard, 1992.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. L'État et le processus de socialisation capitaliste au Brésil. Tese de Doctorat d'État, Universidade Paris XIII, 1988.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2000.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **A globalização e o Estado cosmopolita: as antinomias de Jürgen Habermas**. São Paulo: Cortez, 2001.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **Filosofia política da América: a ideologia do novo século americano**. São Paulo: Cortez, 2004.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global: teorias e consensos**. São Paulo: Cortez, 2013a.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **O modo estatal global: crítica da governança planetária**. São Paulo: Xamã, 2013b.
- FARIAS, Flávio Bezerra de. **Crise global: ampulheta fatal**. São Paulo: Xamã, 2015.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **DIALÉTICA DO MODO ESTATAL GLOBAL: gênese, desenvolvimento e superação.** *Revista De Políticas Públicas*, Número Especial, São Luís: UFMA, 2016, 21–35.

FOSTER, John Bellamy. **Ecology Against Capitalism.** Nova York: Monthly Review, 2002.

FOSTER, John Bellamy. Marx e o meio ambiente. *In*: FOSTER, John Bellamy; WOOD, Ellen Meiksins (org.). **Em defesa da história: marxismo e pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

FOSTER, John Bellamy; CLARK, Brett. **Le pillage de la nature.** Paris: Critiques, 2022.

GARO, Isabelle. **Communisme et stratégie.** Paris: Éditions Amsterdam, 2019.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere.** 4 Volumes. Turin: Einaudi, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Théorie de l'agir communicationnel.** 2 Tomos. Paris: Fayard, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Après Marx.** Paris : Fayard, 1985.

JAMESON, Fredric. **Valences of the dialectic.** Londres/Nova York: Verso, 2009.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo.** A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

JAMESON, Fredric. **As sementes do tempo.** São Paulo: Ática, 1994.

KOSIK, Karel. **La dialectique du concret.** Paris: Maspero, 1978.

LABICA, Georges. **Le paradigme du Grand-Hornu: Essai sur l'idéologie.** Montreuil : La Brèche, 1987.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hégémonie et stratégie socialiste.** Vers une politique démocratique radicale. Besançon : Solitaires Intempestifs, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **La somme et le reste.** Paris: La Nef de Paris, 1959.

LENINE, Vladimir. **Œuvres choisies.** 3 Tomos. Paris/Moscou: Sociales/Progrès, 1975.

LEWIN, Moshe. **Le dernier combat de Lénine.** Paris/Lausanne: Syllepse/Page Deux, 2015.

LÖWY, Michael. **Écosocialisme: l'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste.** Paris: Mille et une nuits, 2011.

LUKÁCS, Georges. **Histoire et conscience de classe.** Essais de dialectique marxiste. Paris: Minuit, 1976.

LUKÁCS, Georges. **Dialectique et spontanéité: en défense de Histoire et conscience de classe.** Paris: Éditions de la Passion, 2001.

LUKÁCS, Georges. **Prolégomènes à l'ontologie de l'être social.** Paris: Delga, 2009.

LUKÁCS, Georges. **Ontologie de l'être social.** L'idéologie, l'aliénation. Paris : Delga, 2012.

MANDEL, Ernest. **Power and Money**. Londres / Nova York: Verso, 1992.

MARX, Karl. *Misère de la philosophie: Réponse à la Philosophie de la Misère de M. Proudhon*. Paris: Sociales, 1972.

MARX, Karl. **Théories sur la plus-value**. Tomos I, II, III. Paris: Sociales, 1974, 1976, 1978.

MARX, Karl. **Critique du programme de Gotha**. Pékin : Langues Étrangères, 1975.

MARX, Karl. **Le Capital**. Critique de l'économie politique. Livros I, II e III. Paris: Sociales, 1976.

MARX, Karl. **Contribution à la critique de l'économie politique**. Paris: Sociales, 1977.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1861-1863**: Cahiers I e IV. Paris: Sociales, 1979.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1857-1958**: Grundrisse. Tomos I, II. Paris: Sociales, 1980.

MARX, Karl. **La Sainte Famille**. *In Œuvres*. Philosophie. Paris: Gallimard, 1982.

MARX, Karl. **Manuscrits de 1844**. Paris: Flammarion, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich **Manifeste du Parti communiste**. Paris: Sociales, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **L'idéologie allemande**. Paris: Sociales, 1976.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo / Unicamp, 2002.

NAVILLE, Pierre. **Vers l'automatisme social?** Machines, informatique, autonomie et liberté. Paris: Syllepse, 2016.

PESSOA, Fernando. **Navegar é preciso**. Joinville: Mafra, 2022.

SPINOZA, Baruch de. **Traité politique / Lettres**. Paris: GF Flammarion, 2007.

TROTSKY, Léon. **De la révolution**. Paris: Minuit, 1976.

TROTSKY, Léon. **Histoire de la révolution russe**. 2 Tomos. Paris: Seuil, 1967.

WEBER, Max. **Essais sur la théorie de la science**. Paris: Plon, 1992.

WEBER, Max. **Economía y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

ŽIŽEK, Slavoj. **Après la tragédie, la farce!** Ou comment l'histoire se répète. Paris: Flammarion, 2010.

Notas

¹ A propósito da teoria de Marx, "sua regeneração deve ser organicamente vinculada ao conhecimento teórico da situação contemporânea" (LUKÁCS, 2012, p. 276).

² Em que o real alegado pelo sociólogo realista “é de fato tão separado dos valores que ele se contenta na maioria dos casos em conservar e fetichisar as realidades existentes, isto é, dominantes, que transforma em fatos indiscutíveis” (BLOCH, 1981, p. 51). Aliás, a apologia dos “fatos brutos” esconde o fato de que eles “sempre não passam de momentos reificados de um processo” (p. 51).

³ Por isso, acho pertinente Gramsci (2001, Vol. 2, p. 1131) conectar “pessimismo da inteligência” com “otimismo da vontade”, mas no respeito à regra seguinte: “do mesmo modo que não se deve optar logo no sentido de um pessimismo que leve à resignação, mas somente de um pessimismo militante, também não será admitido um otimismo garantido, mas exatamente um otimismo militante — aquele do homem que transforma o mundo no fronte do processo histórico” (BLOCH, 1981, p. 142).

⁴ “Pouco importa aquilo que tal ou tal proletário, ou mesmo o proletariado por inteiro *imagina* momentaneamente como finalidade. Somente importa aquilo *que ele é* e aquilo que ele será historicamente obrigado a fazer, em conformidade com *este ser*” (MARX, 1982, p. 460).

⁵ Navego pelos mares do “*multiversum* do conteúdo final, que será descoberto em comum” (BLOCH, 1981, p. 187), um novo mundo social e natural que a política menor do neofascismo atribui vulgarmente a *traficantes* e *professores*.

⁶ Na sua revolução, “os proletários não têm nada a perder, a não ser seus grilhões. Eles têm um mundo a ganhar” (MARX; ENGELS, 1975, p. 70).

⁷ Para evidenciar as distintas aplicações marxistas ou estruturalistas do princípio da *figura* de Spinoza, ver Farias e Teixeira (2014).

⁸ Há organicidade entre as formas de existência, no sentido de que quando cada um desses polos é separado do outro, por abstração racional, ele torna-se consequência e o outro causa, e vice-versa.

⁹ Nas totalizações concretas, configuradas neste texto a partir do referencial teórico-metodológico marxiano, o sujeito que investiga e objeto investigado são implicados numa *análise concreta* — através de categorias da elaboração do concreto do pensamento (totalidade, contradição, mediação, leis etc.) — que aborda uma *situação concreta*, correspondente a formas de existência situadas no tempo e no espaço, inseridas no contexto da formação capitalista.

¹⁰ Trata-se de uma tese sobre “o real da História”, segundo a qual “podemos agora saber o que fora este real, porque com o capitalismo mundializado e o Estado democrático encontrou-se uma fórmula capaz de obter tal consentimento geral que ela torna de fato inúteis os conflitos históricos, entre classes ou entre nações e então, finalmente, a própria História” (BADIOU, 2015, p. 38).

¹¹ Que exprime a tese de que “na sociedade capitalista triunfante, o divertimento é rei — um pouco como para Debord tem nela a soberania do espetáculo. Só tem ali o divertimento. Só tem ali a preocupação de ficar tão distanciado do real quanto possível. De modo a cultivar, a comprar, a nutrir e perpetuar aquilo que parece protetor do indivíduo, quando ele é cidadão do Ocidente imperial” (BADIOU, 2015, p. 44).

¹² O que foi reconhecido pelo próprio Lukács maduro (*ibidem*, p. 283 *et seq.*).